

Entrevista*

José Augusto Chaves Guimarães

José Augusto Chaves Guimarães, 53 anos, é bacharel em Biblioteconomia e em Direito, mestre em Ciência da Comunicação, Doutor em Ciência da Informação, com pós-doutorado em Documentação pela Universidad Carlos III de Madrid. Atua como Professor Titular do Departamento de Ciência da Informação da UNESP campus de Marília. É pesquisador do CNPq, líder do grupo de pesquisa Formação e atuação profissional em organização da informação, membro do Executive Board da International Society for Knowledge Organization e integrante do corpo editorial de revistas como Information research e Knowledge Organization, dentre outras. Foi presidente da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação – ABEBD, da Asociación de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamerica y El Caribe – EDIBCIC e da ISKO-Brasil, assim como integrou o Comitê Assessor de Ciência da Informação do CNPq.

InCID: José Augusto, você teve uma trajetória significativa como membro de entidades de classe, de instituições de ensino e de órgãos públicos de fomento à pesquisa. A partir dessa experiência, como você vê o processo de institucionalização do campo da Ciência da Informação no Brasil?

José Augusto: Na realidade, foi um privilégio que a própria área me concedeu, o fato de haver atuado em espaços como a ABEBD, a ABECIN, o EDICIC, a ISKO e o CNPq, pois nessas oportunidades foi-me possível perceber que a área de Ciência da Informação vem se institucionalizando, no Brasil, de forma sólida. E verifico ao algumas vertentes para isso:

- a) o crescimento e a consolidação de espaços de construção do conhecimento, notadamente nos cursos de pós-graduação na área (em especial com o crescimento dos cursos de doutorado),
- b) a sedimentação de espaços acadêmicos de interlocução e de construção de políticas científicas para a área, a partir de sociedades científicas como a ANCIB ou a ISKO,

* Colaboraram nesta entrevista: Prof. Dr. José Eduardo Santarem Segundo, Prof. Dr. Marco Antonio de Almeida e Profa. Dra. Márcia Regina da Silva.

- c) o efetivo aumento da capacitação docente na área, em que se destacam cava vez mais pós-doutores, e
- d) o crescimento e diversificação de uma política pública de apoio à pesquisa na área, por meio de espaços como o CNPq, a Fapesp e a Capes, dentre outros .

Nesse último caso, pode-se destacar, na última década, um crescimento da ordem de 60% relativamente às Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq na área de Ciência da Informação, o que é altamente significativo.

InCID: Complementando a questão anterior, qual é a sua percepção acerca desse processo no plano internacional? Percebe uma diferença muito grande entre Europa, EUA e América Latina? Qual o papel que a ISKO e outras entidades similares cumprem nesse processo?

José Augusto: Um primeiro aspecto a destacar, no caso brasileiro, e que considero um grande acerto, foi o desenvolvimento de uma política de capacitação acadêmica que remonta aos anos setenta e que, notadamente nas décadas de 80 e de 90, procurou valer-se de distintas influências estrangeiras sem, no entanto, ficar refém de nenhuma delas. Assim, países como Estados Unidos, Inglaterra, em uma primeira geração; França e Espanha, em uma segunda geração; e Canadá e Portugal, em uma terceira geração, dentre outros, figuram como espaços importantes de interlocução e de capacitação acadêmica de nossos pesquisadores. Isso nos permitiu um olhar mais abrangente, propiciando, em espaços investigativos como a ANCIB, por exemplo, a coexistência e o diálogo científico de distintas correntes, o que só contribuiu para o crescimento da área, no país.

Hoje, percebo novos movimentos na área, pois a Europa, antes tão voltada para questões epistemológicas, tem, notadamente após o Tratado de Bolonha, se voltado para aspectos predominantemente aplicados, com um grande acréscimo das questões bibliométricas e tecnológicas, por exemplo. Os Estados Unidos e Canadá, em sentido contrário, deslocam-se de uma tradição eminentemente tecnológica para voltarem suas atenções para aspectos epistemológicos e para a dimensão cultural da área. No caso da América Latina, há de se diferenciar o Brasil da Ibero-américa, pois são realidades muito distintas e estágios de desenvolvimento científico, na área, bastante díspares. Eu diria que a grande tônica – fortaleza – investigativa da CI dos países ibero-americanos reside nas questões sociais da área. No caso do Brasil, somos, sem falsa modéstia, um continente em si mesmo, pois há espaço para

discussões de natureza epistemológica, aplicada e social, como bem demonstram os GTs da ANCIB ou os congressos da ISKO-Brasil.

Relativamente às sociedades científicas, como ANCIB e ISKO, eu arriscaria dizer que ocupam um duplo papel: em âmbito interno, atuam como espaço de interlocução, de dialogicidade científica, propiciando a constante discussão, o confronto de ideias e, como consequência, um crescimento científico integrado da área.

Em âmbito externo – e tão importante como o papel desempenhado internamente – essas sociedades científicas propiciam visibilidade internacional à pesquisa brasileira em CI que, reitero, em nada deve em criatividade, embasamento teórico metodológico e retorno social, à pesquisa desenvolvida na Europa e na América do Norte, por exemplo. Talvez o que nos falte é clareza dessa qualidade de pesquisa aqui desenvolvida e das limitações que a língua portuguesa nos impõe, para que sejamos conhecidos em âmbito internacional. Nesse sentido, tenho muita esperança em uma nova geração de doutores que ora se forma ou está em vias de fazê-lo, pois, por conta de todo um universo de bolsas *sandwich*, toma, desde cedo, contato com uma realidade internacional e desde logo nela se insere. Algo me diz que a internacionalização da pesquisa brasileira em CI é uma questão de tempo, pois parece que já seguimos a passos largos para tal.

InCID: Considerando esses cenários descritos anteriormente, que tipos de oportunidades você vislumbra para a inserção internacional da Ciência da Informação brasileira?

José Augusto: Acho que o futuro já começou. Apenas a título de exemplo, o Brasil já foi responsável por cerca de 12% da produção científica do Congresso Internacional da ISKO em Roma em 2010 e, no congresso de Mysore, em 2012, respondeu por nada menos de 30% dessa produção, superando, inclusive o país sede do evento (Índia). A isso se soma o fato de o capítulo brasileiro da ISKO, criado em 2007, ser hoje o maior capítulo daquela sociedade científica criada há mais de 20 anos, superando capítulos já consolidados como Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, América do Norte e Alemanha.

Eu diria que talvez o que mais nos falte, neste momento, é uma dose de arrojo para nos integrarmos em pesquisas de âmbito internacional, atuando junto a pesquisadores de outros

países, pois isso nos dará cada vez mais visibilidade internacional, decorrente dessas parcerias.

InCID: O desenvolvimento do campo da Ciência da Informação na academia possibilitou que as relações entre teoria e práticas profissionais alcançassem um novo patamar de reflexão e de problematização. Como você vê o futuro da Ciência da Informação e das práticas de atuação profissional nesse contexto?

José Augusto: Minha concepção de Ciência da Informação vai muito além do tradicional conceito norte-americano cunhado na década de 60, e fortemente ligado à informação científico e às novas tecnologias. Acredito, a exemplo de Aldo Barreto e de Johanna Smit, em um campo científico amplo, em que um conjunto de saberes, relativos aos processos e contextos da informação, se desenvolvam e nutram universos profissionais específicos (como é o caso da Arquivologia e da Biblioteconomia, por exemplo) e, por outro lado, neles encontrem espaço de aplicabilidade e de avaliação dessas teoria e metodologias. Desse modo, o campo encontra-se visceralmente permeado pela relação indissociável entre teoria e prática. Creio que os programas de pós-graduação e as sociedades científicas desempenham um papel preponderante nesse processo crescente de reflexão e de problematização mas não podemos nos esquecer que a *celula mater* para a construção de uma comunidade realmente científica reside na graduação, onde, por meio da Iniciação Científica, lançam-se as verdadeiras sementes da reflexão, da problematização e da formação de futuros quadros de pesquisadores, sejam eles docentes-pesquisadores ou profissionais-pesquisadores.

InCID: A Sociedade da Informação trouxe importantes mudanças no que diz respeito ao acesso às informações públicas e privadas. Como estudioso das questões relativas à ética da informação, como você analisa esses novos desafios, especialmente aqueles decorrentes da generalização dos usos das TICs?

José Augusto: Acho que as novas tecnologias da informação e da comunicação – pois não podemos nos esquecer que já imprensa, de Guttemberg, no século XV, foi, por essência, também uma tecnologia de informação e de comunicação – pela agilidade que imprimem aos processos informacionais e pela sua surpreendente capacidade de armazenamento de informações, trouxeram-nos novas realidades, que nos fizeram refletir sobre os impactos éticos que incidem sobre a produção, a organização, o uso e a apropriação da informação. Autores como Luciano Floridi ou Rafael Capurro mostram-nos isso com muita propriedade e

nos fazem pensar nos valores que se embutem em nossas ações informativas. Hoje, percebemos que discursos como os de “no moral, no religion, no politics”, como se pensava na área há década atrás, não fazem o menor sentido, pois todas nossas ações surgem de um dado contexto e se destinam a um outro contexto e, portanto, são impregnadas de vieses (bias, em inglês), que refletem uma dada visão de mundo. Talvez o nosso desafio, em tempos atuais, seja o de deixarmos bem claro o “a partir de onde nós falamos” e o “para quem nós falamos” pois sistemas universalizantes são cada vez mais uma falácia e devemos estar preparados para convivemos em um ambiente informacional permeado pelo multiculturalismo, em uma atitude inclusiva.

Entrevista enviada em: maio 2013